

PARTE ESCRITA

CADERNO DE ENCARGOS

“AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO GPS”

Caderno de Encargos relativo à “Aquisição de equipamento GPS”

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS

Parte I – Cláusulas Gerais

Capítulo I

Disposições gerais

Cláusula 1.^a

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato de aquisição de bens móveis para a **“Aquisição de equipamento GPS”**, no âmbito da operação **NORTE-09-5762-FSE-000075 - Cadastra & Capacita TTM - Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificada (SICS) nas Terras de Trás-os-Montes.**

Cláusula 2.^a

Prazo

O prazo de execução previsto é de 2 meses, a contar da data de assinatura do contrato.

Capítulo II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do fornecedor

Subsecção I

Disposições

gerais

Cláusula 3.^a

Obrigações principais do fornecedor

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de

Encargos, decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

- a) Fornecimento dos bens a adquirir;
- b) Obrigação de garantia dos bens pelo prazo legalmente exigível.

Cláusula 4.^a

Conformidade e operacionalidade dos bens

- 1 — O fornecedor obriga-se a fornecer os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos.
- 2 — Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.
- 3 — É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.
- 4 — O fornecedor é responsável, perante o Município de Vimioso, por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

Cláusula 5.^a

Entrega dos bens objeto do contrato

- 1 — Os bens objeto do contrato devem ser entregues no Município de Vimioso.
- 2 — Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato para o local de entrega são da responsabilidade do fornecedor.

Cláusula 6.^a

Inspeção e testes

- 1 — Efetuada a entrega dos bens objeto do contrato, o contraente público, por si ou através de terceiro por ele designado, procede, no prazo de 10 dias, à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem às quantidades estabelecidas no presente Caderno de Encargos e se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2 — A inspeção qualitativa a que se refere o número anterior incide sobre o funcionamento básico e qualidade dos bens, sendo efetuada através de testes ao funcionamento básico e qualidade dos bens.

3 — Durante a fase realização de testes, o fornecedor deve prestar ao Município de Vimioso toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daqueles, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.

Cláusula 7.^a

Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

1 — No caso de os testes previstos na cláusula anterior não comprovarem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, o Município de Vimioso deve disso informar o fornecedor.

2 — No caso previsto no número anterior, o fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo Município de Vimioso, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

3 — Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo fornecedor, no prazo respetivo, o Município de Vimioso procede à realização de novos testes de aceitação, nos termos da cláusula anterior.

Cláusula 8.^a

Aceitação dos bens

1 — Caso os testes a que se refere a Cláusula 6.^a comprovem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, poderá ser emitido, no prazo máximo de 5 dias a contar do final dos testes, um auto de receção, assinado pelos representantes do fornecedor e do Município de Vimioso.

2 — Com a assinatura do auto a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos bens objeto do contrato para o Município de Vimioso, bem

como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.

3 — A assinatura do auto a que se refere o n.º 1 não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias dos equipamentos objeto do contrato com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos.

Cláusula 9.^a

Garantia técnica

1 — Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o fornecedor garante os bens objeto do contrato, pelo prazo mínimo de 2 anos a contar da data da assinatura do auto de receção, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.

2 — A garantia prevista no número anterior abrange:

- a) O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
- b) A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
- c) A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
- d) O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
- e) O transporte do bem ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
- f) A deslocação ao local da instalação ou de entrega;
- g) A mão-de-obra.

3 — No prazo máximo de 10 dias a contar da data em que o Município de Vimioso tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, esta deve notificar o fornecedor, para efeitos da respetiva reparação.

4 — A reparação ou substituição previstas na presente cláusula devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pelo Município de Vimioso e sem grave inconveniente para este último, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.

Cláusula 10.^a

Garantia de continuidade de fabrico

O fornecedor deve assegurar a continuidade do fabrico e do fornecimento de todas as peças, componentes e equipamentos que integram os bens objeto do contrato pelo prazo estimado de vida útil dos bens, pelo prazo de cinco anos a contar da assinatura do auto de receção respetivo.

Subsecção III

Dever de sigilo

Cláusula 11.^a

Objeto do dever de sigilo

1 — O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Vimioso, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 — A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 — Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 12.^a

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição

subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II

Obrigações do Município de Vimioso

Cláusula 13.^a

Preço contratual

1 - O preço proposto pelos concorrentes terá que incluir todas as despesas inerentes às condições estabelecidas neste Caderno de Encargos, sem exceção, sendo o preço máximo a considerar de **5.867,00 € (cinco mil oitocentos e sessenta e sete euros)**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

2 — Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Vimioso deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

3 — O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 14.^a

Condições de pagamento

1 — As quantias devidas pelo Município de Vimioso, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 60 dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2 — Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a assinatura do auto de receção respetivo.

3 — Em caso de discordância por parte do Município de Vimioso quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4 — Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de cheque ou transferência bancária.

Capítulo III

Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 15.^a

Penalidades contratuais

1 — Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato o Município de Vimioso pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

- a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos bens objeto do contrato, 3% do valor da adjudicação por dia até 30 dias de atraso e 5% valor da adjudicação por dia até 90 dias de atraso;
- b) Pelo incumprimento da obrigação de garantia técnica, até 25% do valor da adjudicação;
- c) Pelo incumprimento da obrigação de continuidade de fabrico e de fornecimento, até 10% do valor da adjudicação;

2 — Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o Município de Vimioso pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 15% do valor da adjudicação.

3 — Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.

4 — Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Vimioso tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.

5 — O Município de Vimioso pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6 — As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Vimioso exija uma indemnização pelo dano excedente.

7 — Caso o fornecimento se efetive, embora com atraso, e não resultem daí prejuízos

evidentes, poderá o Município de Vimioso, se assim o entender, prescindir das penalidades a que teria direito nos termos dos números anteriores.

Cláusula 16.^a

Força maior

1 — Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 — Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 — Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 — A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 — A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 17.^a

Resolução por parte do contraente público

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Vimioso pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

a) Atraso, total ou parcial, na entrega dos bens objeto do contrato superior a 1 mês, ou declaração escrita do fornecedor de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo;

2 — O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Vimioso.

Cláusula 18.^a

Resolução por parte do fornecedor

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando:

a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 90 dias ou o montante em dívida exceda 30% do preço contratual, excluindo juros;

2 — O direito de resolução é exercido nos termos da Cláusula 19.^a.

3 — Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Vimioso, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4 — A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Capítulo V

Resolução de litígios

Cláusula 19.^a

Arbitragem

1 — Quaisquer litígios relativos, designadamente, à interpretação, execução, incumprimento, invalidade ou resolução do contrato devem ser dirimidos por tribunal arbitral, devendo, nesse caso, ser observadas as seguintes regras:

- a)* Sem prejuízo do disposto nas alíneas *b)* a *d)*, a arbitragem far-se-á de acordo com as regras processuais propostas pelos árbitros;
- b)* O Tribunal Arbitral tem sede em Vimioso e é composto por três árbitros;
- c)* O contraente público designa um árbitro, o fornecedor designa um outro árbitro e o terceiro, que preside, é cooptado pelos dois designados;
- d)* No caso de alguma das partes não designar árbitro ou no caso de os árbitros designados pelas partes não acordarem na escolha do árbitro-presidente, deve este ser designado pelo Presidente do Tribunal Central Administrativo territorialmente competente.

2 — O tribunal arbitral decide segundo o direito constituído e da sua decisão não cabe recurso.

Capítulo VI

Disposições finais

Cláusula 20.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das

partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 21.^a

Comunicações e notificações

1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 — Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 22.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 23.^a

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

Parte II – Cláusulas Técnicas

Cláusula 24.^a

Especificações técnicas da aquisição de bens objeto do contrato

1 - Características técnicas gerais:

- a) Antena/recetor GNSS de utilização simples e flexível;
- b) Tablet robusto Android de 8”;
- c) Software simples e intuitivo para a recolha de dados e que permita a coordenação de pontos em tempo real (RTK) e em Pós-processamento diretamente em campo;
- d) Acessórios considerados imprescindíveis para o uso do sistema de todas as formas necessárias.

2 - Características técnicas específicas:

- a) Antena/receptor GNSS:
 - i. Precisão do posicionamento RTK em boas condições <2cm+1ppm (2D) e <3cm+1ppm (3D)
 - ii. Sinais captados: GPS (L1 C/A, L2C), Glonass (L1OF, L2OF), BeiDou (B1I, B2I), Galileo (E1B/C, E5b), QZSS (L1C/A, L2C) e SBAS
 - iii. Pelo menos 180 canais
 - iv. Taxa de atualização da posição de 10Hz
 - v. Sistemas operativos suportados a partir de dispositivos externos (ex. tablets, smartphones): Android e Windows
 - vi. Protocolos de tempo real suportados: RTCM 3.0, RTCM 3.1, RTCM 3.2, RTCM 3.3 e RTCM MSM
 - vii. Bateria interna com capacidade para operar durante pelo menos 15 horas, de modo que seja possível trabalhar durante 2 dias sem necessidade de recarregar a bateria
 - viii. Especificações ambientais IP67 e resistência a quedas de 1,2m de altura
 - ix. Possibilidade de uso com soluções de outros integradores, nomeadamente *softwares* externos de SIG ou topografia.
- b) Tablet robusto com sistema operativo Android 8.0 ou superior:
 - i. Ecrã de 8”, com resolução 1280 x 800 VGA, legível à luz do sol e com brilho de

400Nit

- ii. Processador Octa-Core a 2.2 GHz e 4GB RAM, ou superior
- iii. 32Gb de memória, expansível mediante cartão micro-SD, ou superior
- iv. Especificações ambientais IP67 e resistência a quedas de 1.2m de altura (normas cumpridas IL-STD-810G, MIL-STD-461F)
- v. Câmara fotográfica traseira de 13 megapixel e frontal de 5 megapixel, ou superior
- vi. Receptor GNSS interno com captação das constelações GPS/Glonass/Beidou
- vii. Modem interno GSM, WCDMA, LTE
- viii. Normas Wi-Fi suportadas: 802.11 a/b/g/n/ac
- ix. Outras comunicações sem fios: Bluetooth 4.1 e NFC
- x. Porta USB 2.0 tipo C
- xi. Outros sensores incluídos: Giroscópio, Bússola digital, Acelerómetro e Barómetro
- xii. Bateria interna com autonomia de 15 horas

c) Software para a recolha de dados:

- i. O software deverá ser simples e intuitivo, fazendo uso das facilidades inerentes ao sistema operativo Android, para além estar necessariamente disponível em português;
- ii. Permita a coordenação de pontos em tempo real (RTK) e em pós-processamento directamente em campo para garantir a capacidade de trabalho em zonas de sombra onde não chega a cobertura de internet móvel, através de funcionalidades de “posicionamento inteligente” que consiste no carregamento automático das observações de campo para o servidor do prestador de serviço, com posterior envio das coordenadas devidamente corrigidas;
- iii. Capacidade para a medição de entidades múltiplas ao mesmo tempo;
- iv. Capacidade para implantar/localizar pontos previamente carregados ou introduzidos em campo;
- v. Capacidade “multi-touch” para maior facilidade na orientação de mapas;
- vi. Acesso a OpenStreetMap e outras fontes de cartografia de base via WMS/WFS;
- vii. Capacidade para ligar às redes de correcções diferenciais existentes no país (RENEP, SERVIR e HEXAGON SMARTNET);

- viii. “ESRI Ready”, através da capacidade de carregamento e sincronização de informação com servidores ESRI (Esri ArcGIS Online e ArcGIS Enterprise);
- ix. Possibilidade de ligação a equipamentos de radiolocalização para a detecção de infraestruturas enterradas;
- x. Possibilidade de ligação a medidor laser para a medição de pontos inacessíveis;
- xi. Capacidade para gerir os sistemas de coordenadas nacionais, nomeadamente o PT-TM06 (ERTS89) e respectivo modelo de geoide para obtenção de altitudes ortométricas.

3 - Acessórios necessários para o uso do sistema nas diferentes formas de utilização:

- a) Suporte dedicado para uso na mão, que permita a colocação simultânea da antena/receptor e do tablet de 8”, garantindo uma perfeita integração e ótima ergonomia durante os trabalhos de campo;
- b) Bastão para todas as situações que exijam maior rigor posicional, devendo nesse caso o tablet de 8” estar fixo no bastão através de suporte dedicado;
- c) Todos os restantes acessórios, nomeadamente adaptadores e carregadores necessários aos modos de trabalho atrás descritos;
- d) Manuais de utilização em português.

4 - O suporte técnico e a assistência técnica pós-venda deverá ser prestada pela empresa no local de entrega do equipamento.

5 – Deverá incluir ação de formação presencial com a duração mínima de 1 dia.

6 - Deverá incluir acesso a rede RTK dedicada, pelo período mínimo de 1 ano